



Relator cobra mais recursos para internet de alta velocidade

especial
Cidadania

Investimento insuficiente impede o Brasil de alcançar a meta de expansão da banda larga

Incumbido de acompanhar a implantação do Plano Nacional de Banda Larga, o senador Anibal Diniz informa em relatório que a execução orçamentária da Telebras nos últimos quatro anos foi de 7,7% do previsto. O Brasil fecha o ano sem cumprir a meta de 35 milhões de residências com banda larga por R\$ 35 mensais. **4 e 5**

Índios do Xingu acessam internet em evento: pesquisa revela que só um terço dos potenciais beneficiários sabe do programa do governo



Leopoldo Silva

Comissão vota ensino fundamental integral

Roque de Sá/Agência Senado



Alunos do ensino fundamental em escolas públicas podem ter horário ampliado

Projeto na Comissão de Educação propõe a adoção do ensino em tempo integral no nível fundamental da rede pública. A mudança, de acordo com o texto em análise, será gradativa, iniciando-se em 2016 pelo 1º ano do ensino fundamental e concluindo-se em 2025. Com a medida, o ensino fundamental passará a ter 1,4 mil horas-aula por ano, 600 a mais que atualmente. **8**

Proteção a dados pessoais é tema de audiência pública **8**

Texto permite que doente grave saque FGTS para tratamento **7**

CPI discute segurança de plataformas petrolíferas **8**

Dilma anuncia Armando Monteiro para ministério **2**

Pauta da semana tem receita, superávit primário e Orçamento

Entre comissões e Plenário, Congresso estará movimentado com a análise de projetos que

tratam de despesas e receitas da União. Hoje sessão conjunta tenta votar superávit primário. **3**



Câmara Guanãra do Norte

Se criado, Parque Nacional da Serra do Cachimbo admitirá atividade turística

Reserva no Pará pode ser dividida em parque nacional e área de preservação

Projeto em análise na Comissão de Meio Ambiente desmembra a Reserva da Serra do Cachimbo. Na

área de preservação ambiental, será possível a permanência de 200 famílias que vivem no local. **6**

Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara



Sessão de entrega da Comenda
Dia 3 de dezembro de 2014, às 11 horas
Plenário do Senado

Secom | Publicidade e Marketing

Em pronunciamento de despedida, o parlamentar lembrou projetos apresentados no Senado e a luta pela reforma política. Pernambucano assume mandato na Câmara dos Deputados

Jarbas se despede como voz independente no Senado

JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) fez discurso de despedida do Senado ontem. Aos 72 anos, ele encerrará o mandato como senador no dia 31 de janeiro de 2015 para assumir o mandato de deputado federal.

O senador, que já foi governador de Pernambuco e prefeito do Recife, volta à Câmara depois de três décadas.

Entre os projetos de autoria dele no Senado, Jarbas destacou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2013, que torna automática a perda do mandato de parlamentar nos casos de improbidade administrativa ou por crime contra a administração pública.

Ele ressaltou a falta de avanços em relação à sua principal bandeira: a reforma política. Apontou a adoção da fidelidade partidária e da cláusula de barreira e o fim das coligações proporcionais para fortalecer os partidos.

— Eu chego ao término deste mandato de senador com a sensação do dever cumprido.



Jarbas Vasconcelos foi chamado por Cristovam de militante da democracia

Tenho a firme convicção de que me dediquei com afinco e determinação ao exercício desta representação parlamentar. Todas as propostas que apresentei nestes quase oito anos tiveram o objetivo de aperfeiçoar os instrumentos disponíveis na nossa ainda jovem democracia — afirmou.

Em apartes, vários senadores se despediram, exaltaram a boa convivência e a postura combatente e independente do político. Blairo Maggi (PR-MT) e Eduardo Amorim (PSC-SE) declararam que o senador é uma referência

para a construção do pensamento político. Paulo Paim (PT-RS) recordou que todos os projetos apresentados por ele tiveram o apoio de Jarbas.

Valdir Raupp (PMDB-RO) reconheceu que Jarbas engrandeceu o partido pelos ideais e pela postura política. O líder do DEM, José Agripino (RN), disse que o país é muito carente de valores respeitáveis como o senador pernambucano.

Cristovam Buarque (PDT-DF) lembrou a trajetória dos dois nos últimos 40 anos, como “militantes da democracia”.

Armando Monteiro será o ministro do Desenvolvimento

Após ser anunciado para o Ministério do Desenvolvimento, o senador Armando Monteiro (PTB-PE) manifestou ontem preocupação com a queda nas exportações de produtos manufaturados.

— Crescer pela indústria é sempre o melhor caminho.

A vaga no Senado será ocupada por Douglas Cintra (PTB), que pretende trabalhar por investimentos na educação.



Armando deu entrevista ontem no Palácio do Planalto, após o anúncio oficial

Valdir Raupp pede tolerância zero para desmatamento

Valdir Raupp (PMDB-RO) ressaltou ontem a necessidade de ações do governo contra o desmatamento ilegal no norte do país. Ele é favorável a um programa de tolerância zero para quem derruba a floresta amazônica. O senador observou que o desmatamento está associado a ocupação ilegal das terras.

— Com as terras documentadas eu tenho certeza que vai cair o desmatamento. O que falta é a regularização fundiária da Amazônia brasileira — afirmou.

Segundo o senador, 17% da floresta brasileira está desmatada. Raupp destacou que o desmatamento de 40% levaria a Amazônia ao total desequilíbrio e à redução das chuvas no centro-sul do país, o que prejudicaria a população, o agronegócio, a indústria e o setor de serviços.

Eduardo Amorim se preocupa com crescimento da violência

Eduardo Amorim (PSC-SE) manifestou perplexidade com o aumento dos crimes violentos no Brasil, que atingiram um nível que a Organização Mundial da Saúde classifica como epidemia. Segundo as estatísticas apresentadas por ele, mais de 56 mil pessoas foram assassinadas no país em 2012, e a taxa de homicídios ultrapassa 29 casos por 100 mil habitantes.

Na opinião do senador, é preciso envolver toda a sociedade na busca da segurança, e o governo federal deve apresentar um programa efetivo, com a participação dos estados e dos municípios.

— Precisamos somar esforços para combater essa onda crescente de violência, que hoje não se restringe apenas aos grandes centros urbanos, mas que atinge também as pequenas cidades, onde o número tem crescido — afirmou.

Escolas precisam adaptar-se aos novos tempos, alerta Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) advertiu ontem que a educação brasileira precisa de mudanças radicais para adequar-se aos novos tempos e aos estudantes.

O senador afirmou que os alunos brasileiros não podem mais continuar estudando com livros e aulas no quadro-negro e que a tecnologia precisa ser levada para a sala de aula.

Cristovam relatou que essas e muitas outras questões relativas à educação no Brasil foram discutidas há



poucos dias em um seminário na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, do qual ele participou a convite do empresário Jorge Paulo Lemann. Ele

espera que outros empresários também se interessem pela educação.

— Que outros empresários se envolvam, porque só aí é que a gente vai ter consciência e descobrir como fazer para que o Brasil, um dia, tenha todas as suas escolas da máxima qualidade e que nenhuma criança fique excluída, de fora — disse.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Entre os projetos em pauta, o PLS 293/2012, conhecido como Lei Geral das Antenas.

PRESIDÊNCIA Promulgação de emenda

11h Renan participa de sessão solene do Congresso para promulgação da Emenda Constitucional 84. Às 16h, preside a ordem do dia. Às 18h, preside sessão conjunta do Congresso para análise de vetos.

CRA Crédito rural

8h30 A CRA debate com secretários de Agricultura de PR, SP, PA e AL as políticas públicas de planejamento, execução e controle do crédito rural no Brasil.

CCT Banda larga

8h30 A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) avalia o Plano Nacional de Banda Larga; na segunda parte, aprecia pauta com 69 itens.

CFFC Seminário sobre recursos públicos

9h A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara do Deputados realiza o 5º Seminário Nacional de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos.

CMA Tributos sobre venda de carros

9h30 A CMA terá reunião deliberativa com 23 itens. Na pauta, o PLC 49/2014, que obriga as agências de veículos automotores a informarem o valor dos tributos incidentes sobre a venda e a situação de regularidade dos carros.

CAE Sabatina de Vital do Rêgo

10h Entre outros itens, a CAE discutirá o projeto de Resolução 15/2014, que estabelece alíquotas máximas do ICMS sobre a prestação de serviço de banda larga. Na 2ª parte, será feita a sabatina do senador Vital do Rêgo para o TCU.

CCJ Proteção de dados pessoais

10h A CCJ debate projeto que estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações sobre a proteção de dados pessoais (PLS 181/2014). Entre os convidados, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

CDH Instrumentador cirúrgico

10h A CDH debate a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico. Entre os convidados, o presidente da Associação Médica Brasileira, Florentino de Araujo Cardoso Filho.

CE Ensino em tempo integral

11h A Comissão de Educação analisa, entre outros itens, o PLS 255/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação para instituir a escola de tempo integral no ensino fundamental.

CONGRESSO Sessão solene

11h Sessão solene para a promulgação da Emenda Constitucional 84, que aumenta repasse de recursos para o Fundo de Participação dos Municípios. Às 18h, sessão conjunta para análise de vetos

CPMI/PETROBRAS Acareação

14h30 A CPMI que investiga denúncias de desvios de recursos da Petrobras realiza acareação entre os ex-diretores da estatal Paulo Roberto Costa e Nestor Cerveró.

CMO Relatório da Receita

14h30 A Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúne para discutir e votar o relatório da Receita apresentado à Lei Orçamentária Anual 2015. Às 20h, fará reunião deliberativa extraordinária.

SESSÃO Congresso

18h Sessão conjunta para votar o PLN 36/2014, que flexibiliza a meta fiscal da LDO 2014, 2 vetos e outros 33 projetos de créditos suplementares.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Relatório da Receita para 2015, orçamento impositivo e mudança na regra de superávit estão na pauta do Congresso. Tudo deve ser votado antes do recesso de final de ano

Questões orçamentárias movimentam a semana

O CONGRESSO FICARÁ bastante movimentado nesta semana em torno de três questões orçamentárias. Hoje a Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúne a partir das 14h30 para tentar votar o relatório da Receita para 2015, apresentado pelo deputado Paulo Pimenta (PT-SP).

Também hoje, o Congresso se reúne com o intuito de votar o projeto que flexibiliza a meta de superávit fiscal deste ano do governo federal. A sessão conjunta está convocada para as 18h. E a Câmara dos Deputados deve concluir a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui a execução obrigatória das emendas parlamentares ao Orçamento da União, o chamado orçamento impositivo.

O principal objetivo da CMO nesta semana é aprovar o relatório do deputado Paulo Pimenta. O documento reestima a arrecadação federal para o próximo ano, elevando a receita total em R\$ 21,2 bilhões, passando de R\$ 1,45 trilhão para R\$ 1,47 trilhão. Parte do acréscimo (R\$ 2,4 bilhões) será transferida para estados e municípios, via fundos de participação (FPM e FPE) e outras obrigações legais. Assim, a União ganha, na proposta orçamentária, mais R\$ 18,9 bilhões.

Esse recurso deverá ser utilizado pelo relator-geral do

projeto de Lei Orçamentária Anual de 2015 (PLN 13/2014), senador Romero Jucá (PMDB-RR), para atender demandas que chegam ao Congresso durante a tramitação do projeto, como recursos para emendas de deputados e senadores.

A comissão também resolveu fazer esforço concentrado esta semana. Além da reunião das 14h30 de hoje, há outra agendada para as 20h. Amanhã, as reuniões estão marcadas para as 10h, as 14h30 e as 18h e, na quinta-feira, para as 10h.

Superávit

Deputados e senadores que integram a base governista tentarão aprovar o projeto de lei que muda a meta de resultado fiscal (PLN 36/2014) para permitir ao governo abater dessa meta os gastos com desonerações tributárias e com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além do limite de R\$ 67 bilhões, vigente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014.

Os parlamentares da oposição estão resistentes à mudança e prometem dificultar a aprovação da proposta. Eles acusam o governo de crime de responsabilidade fiscal por não conseguir economizar o que ficou estabelecido na LDO deste ano. Na prática, o projeto retira da LDO o teto de abatimento da meta de superávit, originalmente estabelecida



O senador Romero Jucá (2º à esq., à mesa) é o relator-geral do projeto de Lei Orçamentária Anual de 2015

em R\$ 116,1 bilhões. Com isso, o Executivo ficaria à vontade para manejar o superávit.

Conhecida como PEC do Orçamento Impositivo, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 22-A/2000, de autoria do falecido senador Antonio Carlos Magalhães, foi resgatada pelos senadores no ano passado. A proposta torna obrigatória a execução das emendas parlamentares ao Orçamento da União até o montante de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) do ano anterior. Para 2015, isso significaria R\$ 9,69 bilhões em emendas, pois a RCL estimada no projeto de lei orçamentária é de R\$ 808,06 bilhões.

Decreto condiciona liberação de emendas à aprovação de mudança na meta fiscal

Assinado pela presidente Dilma Rousseff na sexta-feira, o Decreto 8.367/2014 aumenta de R\$ 7 bilhões para R\$ 10 bilhões os recursos disponíveis para gastos de vários ministérios este ano. Desse novo montante, R\$ 444 milhões são reservados para atendimento de emendas de deputados e senadores. Entretanto, o decreto determina que a distribuição e a utilização desses bilhões de reais ficam “condicionadas à

publicação da lei resultante da aprovação do PLN 36 de 2014”, que flexibiliza a meta de superávit.

Caso o projeto de flexibilização do superávit não seja aprovado pelos parlamentares, o decreto presidencial avisa que “o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Fazenda elaborarão novo relatório de receitas e despesas e encaminharão nova proposta de decreto”.

Lei Geral das Antenas pode entrar na pauta de votações hoje

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 293/2012, conhecido como Lei Geral das Antenas, está previsto na pauta do Plenário do Senado de hoje. Aprovado em 11 de novembro na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT),

o texto foi encaminhado ao Plenário em regime de urgência. Desde então, a votação foi adiada várias vezes, por conta da busca por um ajuste.

De Vital do Rêgo (PMDB-PB), o projeto unifica regras para instalação e compartilhamento de torres, além de dar

celeridade aos processos de autorização para empresas de telecomunicações. O texto inclui regras sobre licenciamento e sobre limites para a radiação.

Walter Pinheiro (PT-BA) lamentou a demora na votação de projetos importantes como o da Lei Geral das Antenas.

Relator da proposta na CCT, o senador reclamou que se cobra das operadoras qualidade na internet, mas não se criam as condições para um bom serviço de banda larga no país.

Pinheiro informou estar buscando, com Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), um acordo

na redação do artigo 7º, para colocar a matéria para votar sem polêmica de Plenário e sem perder a eficiência da lei. Esse artigo diz respeito à concessão de licenças de forma simplificada e do prazo de 60 dias para a manifestação do poder público.

Capiberibe: Lei da Transparência abre nova frente contra a corrupção



João Capiberibe (PSB-AP) disse que a transparência na arrecadação e nos gastos públicos, garantida pela Lei 131/2009, é um avanço, pois com ela abriu-se uma nova frente contra a corrupção.

— A promoção da transparência das informações públicas é uma ferramenta de aperfeiçoamento da democracia, o que incentiva a educação política, subsidia o combate à corrupção e facilita a avaliação dos governantes por parte da sociedade — afirmou o senador.

Capiberibe, que foi o autor da lei, diz que ela também tem um efeito didático, pois mostra à sociedade que não se faz política sem orçamento, agora facilmente acessado por qualquer cidadão que queira informações sobre gastos públicos.

Ele ressaltou que os portais de transparência ajudam, por exemplo, profissionais da imprensa, como mostram reportagens de revistas nacionais.

Humberto Costa rebate entrevista de Aécio Neves sobre eleições



O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), classificou como “desastradas” e “infelizes” as declarações de Aécio Neves (PSDB-MG) de que teria perdido as eleições de outubro para uma “organização criminosa”. Em pronunciamento em Plenário ontem,

Humberto repudiou as afirmações dadas por Aécio em entrevista, no último sábado, ao canal de TV a cabo GloboNews.

— É lamentável que o candidato derrotado nas eleições passadas pareça ainda não ter entendido que perdeu e, por não querer aceitar a derrota, continue perdendo e reduzindo a sua estatura política a cada declaração desastrada que dá. É um caso inusitado em que a derrota subiu à cabeça, em que o fracasso subiu à cabeça — criticou.

Humberto Costa afirmou que Aécio cria “seu próprio enredo” para justificar a derrota.

Lindbergh defende conselhos sociais e critica declarações de Aécio na TV



Lindbergh Farias (PT-RJ) disse ontem esperar que o Senado mantenha o decreto que regulamenta a atuação dos conselhos populares, rejeitado pela Câmara em outubro.

Ele argumentou que, com o decreto, o Poder Executivo quer apenas regularizar a atuação de instâncias como conselhos, comissões, conferências, consultas e audiências públicas, já existentes.

— Que mensagem os opositores do decreto querem passar à sociedade? Que preferem a política dos gabinetes à singular pluralidade da política das ruas e da internet? — questionou.

Lindbergh rebateu declaração do senador Aécio Neves (PSDB-MG), que, em entrevista a um programa de televisão, disse ter perdido a eleição para uma organização criminosa. Para o senador, Aécio está agindo como mau perdedor e tem dificuldade de aceitar o resultado das eleições.

Banda larga maior depende de recursos e gestão articulada

Relatório da Comissão de Ciência e Tecnologia culpa cortes no orçamento por atraso na universalização da internet de alta velocidade no país. Plano Nacional de Banda Larga não atingiu meta para 2014

Marco Antonio Reis e André Fontenelle

REATIVADA EM 2010 para cuidar do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), a Telebras convive com restrições orçamentárias que dificultam a prometida universalização do acesso à internet rápida. Essa é uma das conclusões do relatório a ser apresentado hoje pelo senador Anibal Diniz (PT-AC), incumbido pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) de acompanhar a implantação do plano. Entre as recomendações do senador, está a de que o governo federal deixe de contingenciar recursos do orçamento do setor. “Estima-se que a execução orçamentária da Telebras relacionada ao PNBL nos últimos quatro anos tenha sido em torno de R\$ 284 milhões, ou seja, 7,7% do planejado”, afirma o relator.

A falta de recursos é uma das razões para que o país não alcance a meta de 35 milhões de residências com banda larga, ao preço de R\$ 35 por mês, ainda em 2014. É também por falta de dinheiro que o país está longe de conseguir levar a internet aos 4.278 municípios prometidos quando da aprovação do PNBL, em 2010. O volume de recursos investidos foi insuficiente para alcançar as metas, diz o relatório.

O senador apresenta formas de garantir dinheiro para a expansão da internet: incentivos fiscais para as empresas e uso de recursos dos fundos do setor, cuja arrecadação passou de R\$ 7 bilhões no ano passado. Com o uso de 85% desse valor para a universalização da banda larga, estima o senador, ainda restaria mais de R\$ 1 bilhão para garantir o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e para atividades de desenvolvimento tecnológico. “Mantido esse nível de investimento, o projeto completo de universalização da banda larga teria duração de 20 anos. Nos primeiros 8, todas as famílias brasileiras já desfrutariam de acesso à internet com velocidade mínima de 1 mega”, explica.

Mas não basta dinheiro. Para o senador, a universalização ainda patina porque também falta gestão coordenada. O Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital não se reúne desde 2010

nem apresenta os relatórios de acompanhamento do Plano de Banda Larga, exemplifica. Além disso, o Fórum Brasil Conectado, criado para reunir mais de 60 instituições de governos, sociedade civil e setor privado, está desativado. Anibal recomenda a divulgação sistemática do andamento das ações governamentais relacionadas ao PNBL e a publicação de relatório anual de avaliação do plano.

— Além do dinheiro, se não houver gestão, a coisa não vai. O tema é transversal e é preciso articular Telebras, Eletrobras, que possui a rede de fibra óptica, os órgãos do governo e a iniciativa privada em uma câmara setorial.

Desigualdade

Outro problema apontado por Anibal é que o chamado hiato digital deixa fora da rede mundial quase 40 milhões de famílias e, como em todos os indicadores socioeconômicos brasileiros, também penaliza de modo diferente, conforme renda e região: a exclusão é maior entre os mais pobres e nas regiões menos desenvolvidas.

Para minimizar o problema, o senador propõe a definição de metas regionais de investimento. Desse modo, as Regiões Norte e Nordeste, que hoje têm menor cobertura de internet, receberiam 62% dos recursos federais.

Já as desigualdades de renda seriam combatidas por meio da adoção de tarifas sociais, nos moldes do que ocorre com a energia elétrica. “Entre as famílias com renda de até 1 salário mínimo, o valor mensal de R\$ 35 acaba sendo mais elevado do que elas têm condições de pagar”, justifica Anibal. A proposta é utilizar o Cadastro Único de Programas Sociais para definir os beneficiários da tarifa reduzida.



Escola na Bahia: Nordeste, com pouca cobertura, teria mais recursos, propõe relator

O que diz o relatório

Conheça as recomendações de Anibal Diniz para a expansão da internet rápida

- Acesso à internet deve ser tratado como serviço público essencial, portanto, universal.

- Planejamento e acompanhamento articulados e de longo prazo das políticas públicas.

- Divulgação periódica de relatórios detalhados das ações do PNBL, permitindo o acompanhamento do processo de universalização.

- Ampliação dos investimentos públicos para alcançar a universalização em 20 anos.

- Estímulo à entrada de agentes públicos e privados, ampliando os investimentos e a oferta de serviços ao consumidor.

- Definição de metas de investimento para acelerar a redução das desigualdades regionais.

- Criação da tarifa social para o serviço de banda larga, usando os mesmos critérios das tarifas de energia.

- Reestruturação dos fundos do setor de telecomunicações.

- Ampliação dos investimentos públicos destinados ao lançamento de novos satélites de comunicação.

- Fortalecimento do papel institucional da Anatel, reforçando a regulação do setor e a fiscalização dos serviços.

- Revisão periódica das condições da oferta dos planos de banda larga popular.



Audiência pública em maio discute impacto do uso da frequência de 700 MHz para expansão da internet 4G: comissão promoveu vários debates sobre acesso à banda larga

Empresas pedem redução de impostos e menos burocracia para ampliar acesso

Para as empresas privadas do setor de telecomunicações, alterar a legislação é fundamental para aumentar o alcance do serviço de banda larga. Enquanto as operadoras pedem redução de impostos, as responsáveis pela infraestrutura apontam a necessidade de leis que reduzam a burocracia para a instalação de antenas e o uso de frequências de maior alcance.

Um ponto crucial, para as empresas, é a aprovação e a sanção da Lei Geral das Antenas, em tramitação no Senado. O PLS 293/2012 foi aprovado em novembro na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e está incluído na ordem do dia

do Plenário hoje. Ele cria norma nacional para a instalação de infraestrutura de telecomunicações, eliminando um problema considerado grave pelo setor: o emaranhado de leis municipais e estaduais regulando a questão. Wilson Cardoso, representante da área de telecomunicações da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), ilustra o problema dando um exemplo anedótico: — Hoje, enquanto uma cidade pede que a torre seja pintada de verde, a outra pede vermelho.

Cardoso, que é diretor de Tecnologia da Nokia para a América Latina, explica que em outros países já prevalece uma

regra única. Para ele, o serviço no Brasil tende a melhorar com a implantação, prevista para até 2018, da frequência de 700 MHz para a internet 4G.

— Ela permite atingir distâncias maiores a partir de uma torre única, o que é importante sobretudo em zonas rurais, sustenta a associação.

Eduardo Levy, presidente-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), aponta os impostos como um entrave à disseminação do serviço — chegam a 43% do valor dos serviços de telecomunicações, segundo ele. Mesmo assim, ressalva, as

empresas do setor têm cumprido os compromissos estabelecidos com a Anatel. De acordo com o Sinditelebrasil, até setembro deste ano 4.912 municípios tinham oferta de banda larga de 1 megabyte por segundo a um preço máximo de R\$ 35 mensais. A meta é atingir 5.385 municípios até dezembro de 2015.

Para o senador Anibal Diniz, porém, os números apresentados pelas empresas não contam toda a história.

— Não podemos dizer que esse acesso é efetivo. Elas apresentam relatórios muito otimistas, mas nós, ao constarmos in loco, percebemos que isso não bate integralmente.

Serviço deveria ser considerado essencial, segundo órgãos de defesa do consumidor

A atualização da Lei Geral de Telecomunicações é necessária para que a população tenha acesso a uma banda larga de qualidade, na visão das entidades da sociedade civil. Para a Proteste, uma das principais associações de defesa do consumidor no país, o setor evoluiu muito e a lei, sancionada em 1997, ficou defasada. Não leva em conta, por exemplo, o fato de cada vez mais usuários acessarem a internet por dispositivos móveis, como tablets e smartphones.

Mesmo a lei atual (Lei 9.472, de 1997) não está sendo inte-

gramente cumprida, segundo a advogada Flávia Lefèvre, conselheira da Proteste. Ela cita o parágrafo 1º do artigo 65, que afirma: “Não serão deixadas à exploração apenas em regime privado as modalidades de serviço de interesse coletivo que, sendo essenciais, estejam sujeitas a deveres de universalização.”

Para ela, a banda larga está entre esses serviços essenciais e de interesse coletivo. Isso é dever do Estado, diz a advogada.

Para Flávia, que também é representante do terceiro setor no Comitê Gestor da Internet no

Brasil, a insatisfação dos usuários com os serviços de banda larga não surpreende:

— As empresas investem onde já existe grande concentração de consumidores e de renda.

O resultado, segundo ela, é que a maioria da população tem acesso a planos “chifrins”. As empresas, acrescenta, são muito lentas na instalação da chamada última milha, a conexão final que permite ao usuário acessar a infraestrutura instalada. E, quando não boicotam os planos básicos, as empresas propõem venda casada, acusa.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) também defende que a banda larga seja considerada serviço essencial, o que obrigaria a União a investir na universalização.

— A ideia é que houvesse regimes público e privado concomitantes, um regime público que resultasse em obrigações na última milha para os provedores com um plano básico que garantisse uma utilização razoável da internet — disse a advogada do Idec Veridiana Alimonti em reunião na Comissão de Ciência e Tecnologia, em novembro.

Pesquisa mostra que população ainda está desinformada

Apenas um terço dos potenciais beneficiários do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) já ouviu falar da política pública, lançada em 2010 e cujo objetivo é levar acesso rápido à internet para 35 milhões de famílias, a um preço máximo de R\$ 35. Essa é uma das conclusões de pesquisa do DataSenado sobre os serviços de banda larga.

O DataSenado ouviu 809 pessoas, em todos os estados, mas fora das capitais, entre 29 de outubro e 12 de novembro.

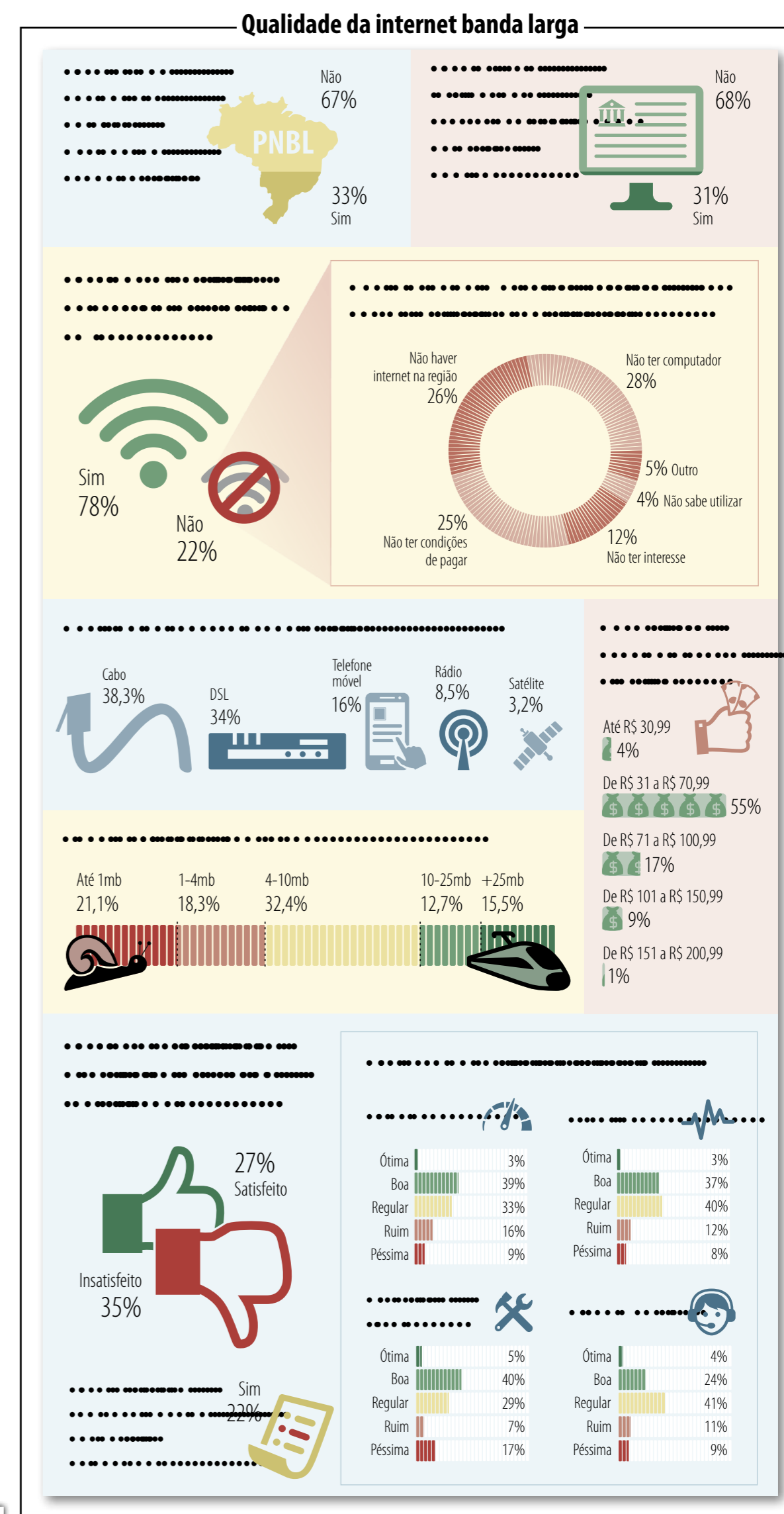
O interesse é pequeno mesmo entre aqueles que já ouviram falar do plano: 98% nunca tentaram contratar um serviço de acesso por meio do PNBL.

— É um indicio de que o programa poderia ser ampliado e de aparente necessidade de maior divulgação — avalia o estatístico do DataSenado Marcos Oliveira.

A pesquisa mostrou desníveis regionais. Apenas 11% dos pesquisados na Região Sul declararam não ter internet em casa, contra 43% na Região Norte.

Entre os que não têm acesso, 25% culpam a falta de dinheiro, dizendo não ter como pagar pelo serviço, e 28% afirmam não ter computador. Para 26%, a razão é a simples ausência do serviço onde moram.

Já 29% dos usuários nem sequer sabem a velocidade contratada. A qualidade do serviço é considerada satisfatória por apenas 27%. Os principais problemas apontados são a estabilidade da conexão e a velocidade da transmissão de dados.



Saiba mais

Os órgãos reguladores e de defesa do consumidor mantêm serviços de orientação para os usuários de telecomunicações:

Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações)
site: www.anatel.gov.br
telefone: 1331 (gratuito)
pessoalmente: nas gerências regionais de cada estado

Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor)
site: www.idec.org.br
telefone: (11) 3874-2150

Proteste
telefone: (11) 4003-3906 (São Paulo) e (21) 3906-3800 (outros estados)
site: www.proteste.org.br

Serra do Cachimbo pode ser dividida em duas unidades de conservação: um parque nacional, com destinação turística, e uma área de proteção ambiental, com ocupação humana

Comissão vota mudança em reserva no Pará

A REGIÃO CONHECIDA como Nascentes da Serra do Cachimbo, no sul do Pará, hoje uma reserva biológica, poderá ser transformada em duas unidades de conservação: um parque nacional e uma área de proteção ambiental. É o que estabelece projeto na pauta da Comissão de Meio Ambiente (CMA) que será votado em caráter terminativo na reunião extraordinária de hoje.

O autor do projeto (PLS 258/2009), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), propõe que 162 mil hectares sejam convertidos no Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo, entre Altamira (PA) e Novo Progresso (PA), e outros 178 mil, em Altamira, passem à condição de Área de Proteção Ambiental Vale do XV.

De acordo com a lei que trata do Sistema de Unidades de Conservação (Lei 9.985/2000), as reservas biológicas devem ter preservação integral, sem interferência humana, e as áreas particulares em seus limites devem ser desapropriadas. Já os parques nacionais podem ter destinação turística. No caso das áreas de proteção ambiental, é permitida a ocupação humana, com atividades ecologicamente sustentáveis e proteção da diversidade biológica.

De acordo com Flexa, a mudança evitaria a remoção de população na área. No local onde será criada a Área de Proteção Ambiental Vale do XV, vivem cerca de 200 famílias.

O relator do projeto na CMA, Cícero Lucena (PSDB-PB), votou pela aprova-



Projeto pretende evitar novos impactos ao meio ambiente, mas manter empregos e atividades econômicas dos produtores rurais que vivem na área

ção, com três emendas de redação. O senador argumenta que “o projeto de lei permite a manutenção dos empregos e das atividades econômicas dos produtores rurais que vivem na área, sem causar novos impactos ao meio ambiente”. Ele acolheu mudanças de redação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Se aprovado pela CMA, o projeto segue direto para análise da Câmara dos Deputados, caso não haja recurso

para votação no Plenário do Senado.

A CMA examinará também o projeto de Eduardo Amorim (PSC-SE) que disciplina o recolhimento e a destinação final de baterias com chumbo e ácido sulfúrico. As principais baterias com tais componentes são as automotivas e industriais.

O texto original (PLS 537/2011) previa a criação de lei específica para tratar do tema, mas o relator na CMA, Luiz Henrique (PMDB-SC),

apresentou substitutivo propondo que as regras para a logística reversa de baterias sejam incluídas na lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A lei já obriga a manutenção de local para coleta de produtos descartados e a adoção de medidas para destiná-los adequadamente. O relator quer que os mesmos procedimentos sejam utilizados para baterias com chumbo e ácido sulfúrico.

Política para agrotóxico volta à pauta

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) se reúne na quinta-feira, às 8h30, para apreciar substitutivo ao projeto que cria a Política Nacional de Apoio aos Agrotóxicos e Afins de Baixa Periculosidade. O objetivo do texto, de Ana Rita (PT-ES), é incentivar o uso de agrotóxicos pouco ou não tóxicos ao ser humano, menos danosos ao meio ambiente e que resultem em produtos agropecuários e florestais mais saudáveis.

No texto (PLS 679/2011), a autora restringia a nova política ao estímulo a agrotóxicos não sintéticos de origem natural. Quando da tramitação na Comissão de Meio Ambiente (CMA), o projeto foi alterado para alcançar produtos sin-

téticos considerados seguros do ponto de vista toxicológico e ambiental. A mudança foi mantida pelo relator na CRA, Ivo Cassol (PP-RO).

O projeto estabelece que o poder público estimulará pesquisas que resultem em novos agrotóxicos de baixa periculosidade, sejam naturais ou sintéticos, utilizando recursos dos Fundos Nacionais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e do Meio Ambiente. O texto tramita em caráter terminativo.

Também consta da pauta o PLS 323/2013, que eleva as multas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural. O projeto é de Ana Rita e conta com o apoio da relatora, Ana Amé-

lia (PP-RS). A CRA também vai examinar proposta que permite que, na Embrapa, os recursos oriundos do trabalho de pesquisas, da venda de produtos, matrizes e animais sejam utilizados diretamente nas unidades de origem da empresa (PLS 201/2014).

Ainda serão votadas a isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural para as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas, reconhecidas em títulos emitidos pelo estado (PLS 236/2014), e a autorização para a aquisição de leite, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do governo, de pequenos produtores dos municípios da área da Sudene (PLS 256/2014).

Secretários de Agricultura discutem crédito rural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) convidou secretários estaduais de Agricultura para discutir políticas de crédito rural. A audiência, marcada para hoje às 8h30, integra cronograma para avaliação de políticas desenvolvidas pelo Executivo.

Para o ano agrícola 2014-2015, o governo anunciou a liberação de R\$156,7 bilhões para o financiamento da produção e para investimentos na agricultura empresarial, com juros que variam de 4% a 8% ao ano. Para a agricultura familiar, está prevista a aplicação de R\$ 24,1 bilhões, com juros entre 0,5% e 3,5% ao ano para o agricultor e até

4% ao ano para cooperativas.

No início de novembro, a CRA discutiu a política de crédito rural com representantes dos Bancos do Nordeste (BNB), da Amazônia (Basa) e Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Na ocasião, os senadores apontaram a inexistência de um seguro que garanta a renda do agricultor em caso de problemas na lavoura.

Foram convidados para o debate de amanhã os secretários estaduais do Paraná, Norberto Anacleto Ortigara; do Pará, Andrei Gustavo Castro; de São Paulo, Mônica Bergamaschi; e de Alagoas, José Marinho Junior.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Laércio Franzon, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333



Pedro Taques, autor do projeto, considera que a legislação atual exagera nas restrições ao fundo

Doença grave pode autorizar uso do FGTS

Objetivo da proposta, em votação amanhã, é ajudar o trabalhador a custear o tratamento. Hoje o saque do fundo é permitido em casos de estágio terminal

AMANHÃ A COMISSÃO de Assuntos Sociais (CAS) pode analisar projeto que autoriza o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em caso de doença grave. A decisão será final. O texto segue à Câmara, se não houver recurso para votação pelo Plenário.

O PLS 198/2014, de Pedro Taques (PDT-MT), autoriza o trabalhador a utilizar o fundo no caso de doença grave própria ou de familiar. Hoje a prática é permitida em estágio terminal da doença.

Taques avalia que a exigência atual é exageradamente restritiva e diz que a ideia é consolidar uma das finalidades do FGTS. “A intenção é apoiar o trabalhador e a família a custearem o tratamento de doença grave, que, por isso, precisa despender gastos maiores em busca de uma sobrevivência”, justifica.

O projeto conta com parecer favorável de Lúcia Vânia (PSDB-GO). Para a senadora, o novo modelo pode fazer toda a diferença para o beneficiado. “Estão em questão a dignidade humana e a manutenção da esperança para os trabalhadores e dependentes”, afirma.

Outra proposta na pauta da CAS simplifica a criação de cooperativas. O PLS 107/2014, da senadora Ana Rita (PT-ES), diminui de 20 para 7 o número de pessoas físicas necessárias para a formação dessas entidades. O projeto também deve ter votação final.

Ana Rita lembra que a Constituição determinou que a legislação estimule o cooperativismo, atividade social que ela julga importante. O relator, senador Paulo Davim (PV-RN), é favorável ao texto. “É um projeto de alcance inestimável para os cidadãos que encontram no cooperativismo, cada dia mais, a maneira de se tornarem mais fortes, prósperos e autônomos”, diz Davim.

A CAS pode analisar também em decisão final o PLS 302/2012, que regulamenta a profissão de vigia autônomo; o PLS 334/2013, que regula a atividade de gerontólogo; o PLS 41/2014, que cria a Carteira de Identificação do Paciente Bariátrico; e o PLS 149/2014, que expande a aplicação da dupla visita na fiscalização de ambientes de trabalho. Os dois últimos projetos têm voto contrário do relator.

Inclusão de albergues na Lei Geral do Turismo será analisada amanhã

A inclusão dos albergues na lista dos prestadores de serviços turísticos está prevista em projeto que será examinado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) amanhã. O PLS 511/2011, de autoria de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), altera a Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/2008).

Ao justificar a proposta, o senador assinala que os albergues são um dos meios de hospedagem mais utilizados por jovens viajantes ao redor do mundo. A lei já inclui “meios de hospedagem” em geral como prestadores de serviços turísticos, mas Rollemberg considera necessária a previsão expressa dos albergues, com a definição da atividade.

De acordo com o projeto, albergues são estabelecimentos, independentemente da forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário. Os serviços podem ser ofertados em unidades

coletivas, com algumas unidades individuais e serviços coletivos necessários aos usuários.

A relatora, senadora Lídice da Mata (PSB-BA), lamentou a falta de regulamentação da matéria antes da Copa do Mundo deste ano. Ela considera oportuno que a proposta tenha a aprovação concluída pelo menos a tempo dos Jogos Olímpicos de 2016.

O projeto já recebeu parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com emendas para aperfeiçoamento do texto. Lídice defende a mesma redação na CDR, onde a decisão será final no Senado.

A CDR também deve analisar, em caráter terminativo, o PLS 66/2014, do senador Paulo Bauer (PSDB-SC), que acaba com o limite não edificável uniforme e predeterminado de 15 metros de cada lado em rodovias e ferrovias. Pelo texto, o limite passa a ser de acordo com cada situação.

Comissão também discutirá relatório sobre estruturação dos destinos turísticos no Brasil

Na reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo também será apresentado e discutido relatório sobre estruturação dos destinos turísticos. O documento faz parte da nova forma de avaliação de políticas públicas prevista em resolução do Senado. A comissão elegeu o tema para avaliação por considerá-lo essencial para o setor turístico.

O aprimoramento da análise de políticas públicas no Senado é resultado da Resolução 44/2013. Oriunda de projeto do presidente da Casa, Renan Calheiros, a medida integra um conjunto de mudanças regimentais promovidas para aperfeiçoar o debate político e fortalecer o papel fiscalizador da instituição.

Assim, cada comissão permanente do Senado deve eleger, até o último dia útil do mês de março, uma política pública por ano para avaliação. O exame se estenderá aos impactos das propostas e às atividades de suporte para a execução, sendo prevista a solicitação de informações e documentos a órgãos do Poder Executivo, ao Tribunal de Contas da União (TCU) e a entidades da sociedade civil.

Ao final da sessão legislativa, as comissões apresentarão relatório com as conclusões da avaliação feita. A Consultoria Legislativa e a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle elaborarão estudos e relatórios técnicos que subsidiarão os trabalhos de análise da política pública.

Paim defende criação de associações para transportadores autônomos

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação de projeto (PLS 356/2012) que dá aos transportadores autônomos de cargas e pessoas o direito de se organizarem em associações e criarem fundo para que o dinheiro arrecadado seja usado na prevenção e reparação de danos causados por acidentes, incêndio ou furto. Esse tipo de associação já existe, mas a Superintendência de Seguros Privados (Susep) tem movido ações para impedir a atuação delas, explicou o senador.

Assim, muitos transportadores autônomos ficam sem proteção, pois as seguradoras tradicionais alegam que precisam oferecer seguro a preços muito elevados, acima da capacidade que os caminhoneiros têm para pagar, acrescentou Paim. A proposta está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e deve ser votada ainda nesta semana, segundo ele.

O senador confirmou presença em um fórum nacional de mobilização pela aprovação do projeto, que ocorrerá em Torres (RS) no dia 13.

Paim defendeu, ainda, a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 44/2014) de autoria dele que obriga a União, os estados e os municípios a destinarem 2,71% das receitas líquidas para programas da Política Nacional do Idoso.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Vanessa Grazziotin destaca avanços da luta contra a aids no Brasil

Ao lembrar o Dia Internacional de Luta contra a Aids, comemorado ontem, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a campanha da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por meio da Pastoral da Aids, com o tema “Cuide bem de você e de todos os que você ama. Faça o teste do HIV”. A senadora disse que atualmente 217 mil pessoas têm acesso ao tratamento gratuito no Brasil, país que fabrica 11 dos 20 medicamentos antirretrovirais usados contra o HIV. Ela acrescentou que isso foi possível depois que o país decidiu quebrar patentes dos medicamentos, tornando-se uma das nações que garantem melhor qualidade de vida aos portadores do vírus:

— Quando decidi pela quebra de patentes de medicamentos da aids, o Brasil prestou um grande serviço não só aos brasileiros e às brasileiras, mas ao mundo inteiro, porque permitiu que acordos com as grandes indústrias, com as multinacionais fossem realizados, e o poder público adquire o medicamento a um preço muito mais acessível.

Ela destacou que há hoje no país 530 mil pessoas que vivem com o vírus, mas 135 mil não sabem que têm o HIV porque nunca fizeram o teste. Daí a importância de fazer o exame, que é fácil e rápido, disse.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Ana Amélia ressalta aumento de repasse para fundo dos municípios

Ana Amélia (PP-RS) destacou que o Congresso promulga hoje emenda constitucional que aumenta os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

De acordo com a emenda (EC 84), a União deve destinar ao FPM mais um ponto percentual da arrecadação com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados. O aumento será em duas parcelas: meio ponto percentual em julho de 2015 e o restante em 2016.

Como autora da proposta, Ana Amélia disse que a medida é importante para as prefeituras, que enfrentam dificuldade para cumprir os compromissos porque têm recebido menos dinheiro do fundo. Os municípios gaúchos deixarão de receber este ano R\$ 373 milhões, explicou a senadora.

— A nova distribuição pode representar aumento de R\$ 1,9 bilhão no caixa dos municípios já no ano que vem, podendo passar de R\$ 4,3 bilhões em 2016. A estimativa é da Confederação Nacional de Municípios — afirmou Ana Amélia.

Ela ressaltou ainda que a presidente Dilma Rousseff já sancionou a lei que muda o índice de correção das dívidas dos estados. Para a senadora, a lei é importante para o Rio Grande do Sul, que está endividado.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Proposta, na pauta de hoje da Comissão de Educação, torna integral o ensino fundamental público. Pelo texto, a mudança será gradativa e estará concluída até 2025

Projeto prevê ensino integral a partir de 2016

A COMISSÃO DE Educação (CE) deve analisar hoje projeto que pode levar o ensino em tempo integral a todos os estudantes do nível fundamental da rede pública nos próximos dez anos (PLS 255/2014).

De acordo com a proposta, o ensino fundamental passará a ter 1,4 mil horas-aula por ano — 600 a mais do que a quantidade atual. Como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece um mínimo de 200 dias letivos, isso representa aumento de cerca de três horas de aula por dia.

Segundo o autor da proposta, Wilson Matos (PSDB-PR), as horas adicionais serão implementadas gradativamente, a partir de 2016. Nesse ano, apenas os estudantes do primeiro ano do ensino fundamental serão atendidos. No ano seguinte, a nova configuração será aplicada também ao segundo ano.



Rogério de Sá/Agência Senado

Pelo texto, crianças a partir de 6 anos de idade passarão a ter 1,4 mil horas-aula por ano, 600 a mais do que atualmente

Assim, sucessivamente, todos os anos estarão sob o novo regime educacional até 2025.

A medida também será inscrita entre as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), de forma a assegurar monito-

ramento e avaliação pelos órgãos superiores competentes. A meta atual relativa à educação integral exige apenas 50% da rede pública contemplada até o fim da vigência do plano.

Para Wilson Matos, essas

metas são insuficientes, pois o sistema continuará discriminatório e excludente, fazendo com que muitos alunos abandonem as escolas por desmotivação.

“Temos que ter um projeto

pedagógico que contemple 50% a mais de aprendizagem em conteúdos específicos de matemática, ciências e língua portuguesa. O restante do tempo deverá ser dedicado à aprendizagem de artes, estudos filosóficos, esportes e outros programas”, explicou o senador.

O ensino médio também é mencionado no projeto. A nova meta prevê que pelo menos 25% dos estudantes desse nível na rede pública sejam contemplados pela educação integral até o fim da vigência do PNE.

Entretanto, a proposição não apresenta um calendário de implantação da medida para o ensino médio. Emenda do relator na CE, Cristovam Buarque (PDT-DF), também incluiu a educação infantil nessas regras. Ele ainda fez outras adequações de redação entre o projeto e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

CPI vai debater segurança de plataformas

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras exclusiva do Senado reagendou para quarta-feira, às 10h15, os depoimentos do coordenador do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF), José Maria Rangel, e o coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros, João Antônio de Moraes. Havia a previsão

de que eles fossem ouvidos na última quarta, mas pediram o adiamento alegando problemas de agenda.

Os dois sindicalistas estão convocados para falar sobre os problemas de segurança enfrentados pelos trabalhadores da companhia e sobre denúncias de lançamento ao mar de plataformas inacabadas. O Sindipetro denunciou

falhas de segurança em plataformas de exploração de óleo e gás da Petrobras. De acordo com o sindicato, a plataforma P-62, por exemplo, foi lançada ao mar, na Bacia de Campos, em janeiro deste ano, sem estar concluída e faltando equipamentos de segurança necessários.

O tema segurança nas plataformas foi debatido na CPI Mista da Petrobras na quarta-feira. A diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Magda Chambriard, assegurou que a agência reguladora trabalha com padrões rígidos de fiscalização, superiores, inclusive, aos praticados em muitos outros países. Segundo Chambriard, acidentes graves ocorridos no país serviram de aprendizado para as companhias e entidades fiscalizadoras.

Comissão discute proteção de dados pessoais hoje

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) debate hoje, às 10h, proposta que estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais. A audiência pública vai discutir o Projeto de Lei do Senado (PLS) 181/2014, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), que tramita na comissão. Um dos convidados é o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

A intenção da proposta é criar um marco legal para a proteção da privacidade e o controle de circulação de informações no país. O projeto, que tem Anibal Diniz (PT-AC) como relator na comissão, estabelece que os dados pessoais não serão manipulados sem autorização expressa.

Além do ministro, foram

convidados o presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Luiz Carlos Trabuco Cappi; o presidente da Câmara-e.net, Antônio José Ludovino Lopes; a coordenadora-executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Elici Bueno; e o presidente-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel, Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), Eduardo Levy Cardoso Moreira. Também participarão advogados, acadêmicos e especialistas em internet.

A audiência foi solicitada pelos senadores Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Ciro Nogueira (PP-PI), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Petrópolis/Agência Petrobras



Sindicato dos petroleiros denuncia problemas no lançamento de plataformas

Anibal saúda vitória de Tabaré Vázquez à Presidência do Uruguai

Anibal Diniz (PT-AC) saudou a vitória do médico socialista Tabaré Vázquez, da Frente Ampla, uma coligação de partidos de esquerda, nas eleições para a Presidência do Uruguai no domingo.

Na avaliação do senador, a eleição de Vázquez mostra que a América Latina vive “um momento interessante”, com sucessivas derrotas de governos neoliberais.

— Os governos democráticos da América Latina foram aprovados com louvor, desta vez no Uruguai. Bachelet no Chile; Dilma e Tabaré venceram campanhas duras, polarizadas pela oposição política e da mídia contra os avanços sociais — disse.

Anibal defendeu, ainda, a aprovação de projeto dele que garante maior presença de mulheres no Senado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mozarildo condena demarcação de área para a tribo pirititi em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) condenou a tentativa da Fundação Nacional do Índio (Funai) de demarcar área para a tribo pirititi, em Rorainópolis, sul do estado.

Ele afirmou que a retirada de produtores dessa região prejudicará agricultores e a economia de Roraima. Ele questionou a legalidade da demarcação e citou denúncias de que funcionários da fundação estariam mandando trabalhadores deixarem a área, sem qualquer respaldo judicial.

O senador leu resposta dada pela Funai ao caso. No documento, a Funai informa que os indígenas que estão na área são índios isolados e ressalta que “todos os atos produzidos em terras indígenas são considerados nulos em caso de comunidade isolada”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Blairo pede devolução aos estados de perdas com isenção de exportações

Blairo Maggi (PR-MT) pediu ao governo edição de medida provisória que devolva aos estados e municípios parte dos recursos dos quais abrem mão ao isentar de impostos o que é produzido para exportar, conforme a Lei Kandir. Para ele, os estados devem receber ao todo R\$ 1,95 bilhão.

— Os estados dependem desses recursos para o fechamento das contas — disse, lembrando que a Lei de Responsabilidade Fiscal deve ser obedecida, motivo pelo qual a verba é necessária.

Blairo reafirmou que votará a favor da mudança no índice de cálculo do superávit primário. Ele argumentou que a União tem problemas para cumprir o atual índice e precisa de espaço fiscal para fazer pagamentos e transferir recursos aos estados e municípios.



Waldemir Barreto/Agência Senado